



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

O SERVIÇO SOCIAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

MARIA CLARA PEREIRA DE ARAÚJO ¹
CLARISSA TENÓRIO MARANHÃO RAPOSO ²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as alterações no mundo do trabalho na contemporaneidade e como o serviço social atua diante dessas alterações, para lidar com as contradições deste sistema, ou seja, para atuar na contraditória relação capital *versus* trabalho cujas expressões dessa relação constituem a questão social. Nesse sentido, visamos estabelecer um diálogo de reflexões que interliguem os itens e destaque a relação entre a atuação do serviço social frente às transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade.

Palavras-chave: Mundo do trabalho; Serviço social; Transformações societárias.

Abstract: This article aims to reflect on the changes in the world of work in contemporary times and how social service acts in the face of these changes in order to deal with the contradictions of this system, i.e., to act in the contradictory relationship between capital versus labor, whose expressions of this relationship constitute the social issue. In this sense, we aim to establish a dialogue of reflections that interconnect the items and highlight the relationship between social work and the transformations in the world of work in contemporary times.

Keys-Words: World of work; Social work; Societal transformations.

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Alagoas

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Alagoas

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre o serviço social e as mutações no mundo do trabalho na contemporaneidade, para isso analisaremos a relação entre o serviço social e a questão social, realizando um breve resgate do contexto histórico, social, econômico e político do surgimento e profissionalização do serviço social e de sua atuação frente as transformações no mundo do trabalho. O artigo foi produto da discussão realizada na disciplina “Serviço Social e Relações Sociais”, do mestrado da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, que teve entre seus objetivos oferecer ao aluno subsídios necessários que possibilitassem o entendimento sobre o significado sócio-político do serviço social nas relações sociais do modo de produção capitalista, inserindo-o na problemática do trato das manifestações da questão social na contemporaneidade.

Para o desenvolvimento do objetivo proposto a estrutura do artigo constitui-se em dois itens, no primeiro destacamos a inter-relação entre o serviço social e a questão social, recuperando as bases históricas que envolvem o surgimento e profissionalização do serviço social e no segundo item expomos as transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade e a atuação do assistente social frente as contradições derivadas das alterações supracitadas, deste modo far-se-á uma interlocução de reflexões que interliguem os referidos itens.

Iniciamos a discussão analisando a gênese da questão social e como ela se relaciona com o serviço social. O termo “questão social” inicialmente numa perspectiva liberal surge para nomear o fenômeno da pauperização, que surge na Europa Ocidental em finais do século XVIII, tal fenômeno caracteriza o surgimento de uma “nova” pobreza que crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas e não mais crescia por estar ligada a um quadro de escassez. No período do século XIX, quando o capitalismo se encontrava em seu estágio concorrencial havia a pauperização de grande parte da classe trabalhadora, cuja base se encontrava no desenvolvimento capitalista, no processo de urbanização e de uma nova forma de organização do trabalho.

Na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista o contexto de

efervescência social provocado pela manifestação da classe trabalhadora em luta com a classe dominante, demonstra o ápice de contestação da situação de miséria em que se encontra a classe trabalhadora. Então o termo questão social, que antes referia-se a dimensão material e econômica do pauperismo, assume aqui uma dimensão política na qual a classe trabalhadora demonstra a possibilidade de eversão da ordem capitalista. A classe dominante receosa de que tal contestação da classe trabalhadora fosse efetivada como uma transformação radical da sociabilidade capitalista, pressiona o Estado enquanto seu comitê executivo a intervir nas expressões da questão social, de maneira a abrandar a contestação da classe trabalhadora, atendendo algumas de suas demandas ao passo em que as mesmas não interfiram na base estrutural de existência e reprodução da ordem capitalista.

Sendo necessária a formação de profissionais especializados para responderem essas demandas que se põe ao Estado, surge então o serviço social, que em sua gênese tem como principal gestor o Estado e as classes dominantes que desenvolvem suas estratégias em prol da manutenção da reprodução do sistema capitalista e utiliza o serviço social para intervir nos conflitos sociais existentes, causados pelo antagonismo entre as classes sociais. Nesse sentido, com as alterações no mundo do trabalho provocadas pelas transformações societárias no atual estágio do capitalismo, o serviço social é chamado para atuar diante do aprofundamento e agravamento das expressões da questão social na contemporaneidade.

2. A INTER-RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL

Afim de apreendermos a inter-relação existente entre o serviço social e a questão social, faz-se necessário resgatar a origem dessa profissão, para isso lançamos mão da obra de Montañó (2007) que destaca duas teses que buscam explicar a natureza e a gênese do serviço social: a tese endogenista – que confere a análise histórica da profissão uma autonomia em relação a sociedade e suas determinações políticas e econômicas, fazendo com que essa análise seja limitada a interpretação das demandas e atribuições profissionais de maneira focalista e acrítica, ou seja, segundo essa tese o serviço social “não cumpre, [...], uma função socioeconômica e política dentro desta ordem, sua tarefa só é considerada autonomamente, na prestação de serviços a pessoas, grupos, comunidades particulares” (MONTAÑO, 2007, p. 29).

A segunda tese é a histórico-crítica – que entende o surgimento da profissão como um produto da síntese dos projetos político-econômicos, operando no desenvolvimento econômico, e reproduzindo-se de maneira material e ideológica a partir de estratégias da classe hegemônica inserida no contexto do capitalismo monopolista, ou seja, segundo essa tese “entende-se o assistente social como um profissional que desempenha um papel claramente político, tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sócio-técnica do trabalho” (MONTAÑO, 2007, p. 30).

A profissão só pode ser desvendada em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de sua trajetória histórica, suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permite desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações sociais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares (YAZBEK, 2017, p.16)

Nesse sentido, ambos os autores citados nos faz apreender que o processo de análise da profissão deve ser guiado pela perspectiva histórico-crítica e não pela perspectiva endogenista. Assim, é necessário como destaca a autora ultrapassar os limites de análise da profissão a partir de si mesma e apreender o papel que essa profissão desempenha na sociedade capitalista. É preciso considerar a importância das determinações históricas, políticas e econômicas para a profissão, além das transformações que essas determinações sofrem cujas consequências implicam na atuação do assistente social, pois o mesmo está inserido nessa realidade e não pode ser analisado criticamente de maneira isolada.

Netto (2011) nos apresenta a análise da profissão considerando a relação de continuidade entre as ações de filantropia, desenvolvidas desde o surgimento do capitalismo, e o serviço social. No entanto, não é essa relação de continuidade que nos possibilita apreender a profissionalização do serviço social, e sim a relação de ruptura com essas anteriores formas de ajuda que possibilita a profissionalização do serviço social. Pois, é na passagem no capitalismo concorrencial ao monopolista que a questão social se torna objeto de intervenção do Estado, via políticas sociais e requer atuação de um profissional especializado para mediar e executar essas políticas. Assim, o assistente social ao se inserir e legitimar-se na divisão sócio-técnica do trabalho, vinculando-se a instituições diferentes daquelas que caracterizavam-se pelo uso da filantropia e formas de ajuda anteriores, demonstram um dos elementos daquela relação de ruptura.

Assim, Netto (2011) nos informa que o serviço social está situado e vinculado à dinâmica da ordem capitalista em seu estágio monopolista, pois é através das estratégias do Estado de responder a questão social, via políticas sociais que a atuação do assistente social é requisitada. A partir do exposto, podemos afirmar que tanto a gênese quanto a profissionalização do serviço social estão relacionadas diretamente ao desenvolver da questão social no período do capitalismo monopolista, o qual é marcado pelo elevado desenvolvimento das forças produtivas, e também pelo elevado grau de miserabilidade que se encontra a classe trabalhadora naquele momento. Contudo, a questão social não determina por si só o surgimento e profissionalização do serviço social. Enfatizamos que a emergência do serviço social se dá pela mediação do Estado através da execução das políticas sociais, tendo em vista a administração das sequelas da questão social.

Nesse sentido, sob a base material e econômica da questão social abriga-se o fundamento encontrado na Lei Geral da Acumulação Capitalista – que em “sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada” (MARX, 1985, p.193). Diante disso, para além dos aspectos econômicos “a designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos” (NETTO, 2011, p. 154). Ou seja, a questão social possui uma dimensão política que está diretamente ligada ao desenvolvimento da consciência e organização da classe trabalhadora diante da intensa exploração a que é submetida, além das condições desumanas de substância a qual lhes são ofertadas.

Em suma, a condição econômica e material estabelecida pela Lei Geral serve de base para a organização da classe trabalhadora e para que a mesma reflita sobre a possibilidade de eversão dessa ordem capitalista, a partir do estabelecimento das lutas de classes. Onde a classe trabalhadora passa a manifestar-se no sentido de tentar resistir as imposições da exploração da força de trabalho, às situações de precariedade em que vivem, enfim das consequências que essa ordem do capital impõe para sua classe.

Apreendemos até aqui os fundamentos históricos e teóricos que constituem a base ontológica da questão social, além desses também podemos citar a intervenção estatal como mais um elemento que constitui a base ontológica da questão social. Cumpre-nos evidenciar que as medidas de intervenção do Estado voltadas à administração das

expressões da questão social se adequam as distintas fases do desenvolvimento capitalista. Por exemplo, no capitalismo concorrencial o Estado para responder a questão social lançava mão de medidas legislativas concomitantemente ao uso das medidas de repressão da classe trabalhadora, já no capitalismo monopolista o Estado passará a intervir na questão social mediante o uso das políticas sociais. O Estado que visa atender prioritariamente as demandas de reprodução do capital, busca agir de forma extra-econômica, a fim de garantir as condições gerais para o desenvolvimento deste sistema.

Partindo da mediação desenvolvimento capitalista e questão social, é possível apreendermos as bases históricas do surgimento e institucionalização do serviço social. Tal como postula Iamamoto e Carvalho,

O Serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, [...]. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada "questão social", a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83).

Segundo os autores, a requisição da atuação desse profissional especializado, no Brasil, está estreitamente ligada ao aparato do Estado, sendo por outro lado também requisitada pelo setor privado. Ao legitimar-se na divisão sócio técnica do trabalho, o assistente social enquanto trabalhador assalariado vinculado às instituições empregadoras, em seus espaços sócio-ocupacionais, não pode ser analisado de forma isolada e autônoma. Assim, ocorre um processo de mercantilização dos portadores de conhecimento especializado (assistentes sociais) que se transformaram em força de trabalho a ser comprada, ou seja, o portador dessa qualificação se constituirá em componente de força de trabalho.

O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados. A isto se aliam as alterações implantadas pelo empresariado, relativas à administração e gerência das relações industriais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 89).

No momento de vigência do Estado Novo no Brasil tem-se o desenvolvimento das grandes instituições assistenciais³, incentivado tanto pelo Estado como pelas grandes

³No período do Estado Novo, ocorreu um acirramento da correlação de forças, estabelecendo-se entre a classe trabalhadora e a classe dominante as constantes lutas de classes, baseadas na reivindicação da classe trabalhadora pela criação dos direitos sociais. Sobretudo os direitos trabalhistas e previdenciários, os quais representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis, a exemplo dos períodos ditatoriais que instituem aqueles como tutela e favor. Assim, as instituições assistenciais vão desempenhar um papel de suma importância nesse cenário, elas vão atuar no sentido de

instituições empresariais em desenvolvimento. Portanto, o mercado de trabalho se amplia para o serviço social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes. O assistente social, agora identificado como profissional assalariado, inserido no mercado de trabalho iria desenvolver suas ações a partir da execução das políticas públicas disponibilizadas pelo Estado e setores empresariais, tendo como público alvo os grandes setores do proletariado.

O período que se estendeu entre 1947 a 1961 caracterizou o momento de institucionalização da profissão dada pelas bases sócio-históricas e político-econômicas desse período no país, como a expansão econômica e a ideologia dominante do desenvolvimentismo, cuja meta é atingir a prosperidade econômica, com a industrialização, e social, com a valorização do homem e com o fim do pauperismo. No Brasil a partir da década de 1960, vai haver uma explícita expansão do meio profissional do assistente social, este no decorrer da década passará por transformações, tanto seu corpo teórico quanto as técnicas e métodos passaram a modernizar-se, haverá também uma expansão de suas funções, sendo responsável também por planejar e coordenar suas ações dirigidas a comunidade.

3. SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA E AS ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Segundo Netto (1996, p.89) “é no curso da década de setenta que emergem, visivelmente, as transformações societárias que – embora já sinalizadas no decênio anterior – vão marcar os anos oitenta e noventa”. Seguiremos pela trilha deixada pelo autor onde este destacará a crise estrutural do capital como ponto central para desenvolvimento de elementos que caracterizam as transformações societárias, como: a flexibilização do modo de produção aliado a financeirização; a globalização econômica com a desterritorialização da produção e conseqüente desregulamentação da economia mundial, com o alto nível de acumulação em alguns países acompanhado do alto nível de exploração da força de conter e controlar as lutas de classes ao mediar às condições de reprodução da classe trabalhadora. O assistente social, inserido nessas instituições vai desempenhar a prática de triagem e encaminhamento dos indivíduos para acessarem os serviços e benefícios das políticas sociais, além da distribuição de auxílios, da realização de pesquisas e outras atividades.

trabalho em outros países; a crescente tendência de absorção dos avanços advindos da revolução tecnológica, por outro lado tem ocorrido o aumento da população excedente, da exploração/precarização da classe trabalhadora, da exigência de trabalhadores superqualificados e/ou polivalentes, além da acentuação da exploração de mão de obra jovem e/ou feminina. Em suma, esses elementos “constituem mais que o novo tecido em que se desenvolvem transformações societárias – tais modificações, em si mesmas, compõem o elenco das transformações societárias” (NETTO, 1996, p. 93).

Ademais, Netto (1996) destaca que se desdobram na sociedade capitalista a redução da ação reguladora do Estado sobre a proteção aos direitos da classe trabalhadora, com os cortes nas políticas e serviços sociais. Tal redirecionamento da ação do Estado tem coerência com a adoção da ideologia neoliberal⁴ que passa a ganhar maior destaque no país a partir da década de 1990, sendo uma das marcas de seu discurso a redução da atuação estatal no atendimento as demandas da classe trabalhadora e atuação máxima do Estado para o desenvolvimento e acumulação do capital. Nesse sentido, sob o discurso neoliberal de desresponsabilização do Estado no atendimento as demandas da classe trabalhadora, ocorre a transferência dessa responsabilidade para a própria classe trabalhadora que passa a ter “autonomia” para responder as suas necessidades sociais que antes eram respondidas através de estratégias do Estado capitalista, como, por exemplo, as políticas sociais, os programas e serviços sociais.

Partindo do pressuposto defendido por Iamamoto (2000) quando afirma a inter-relação que existe entre a atuação profissional e a realidade, já que estas não devem ser apreendidas isoladamente, depreende-se que estas estão imbricadas no seio da sociedade capitalista e a atuação profissional é condicionada pelas consequências que essas transformações trazem para sociedade e principalmente para a classe trabalhadora. Nessa mesma direção, passaremos a refletir sobre as transformações societárias que afetam o mundo do trabalho e como o serviço social atua diante delas.

Afirma Iamamoto (2000, p. 20) “Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos”. Com base nesse entendimento, destacamos as transformações societárias que perpassam

4 A ideologia neoliberal tinha como propósito combater a regulação e legitimação das demandas da classe trabalhadora via políticas sociais geridas pelo Estado, pois acreditava-se que a desigualdade possuía um valor imprescindível para a construção de um estágio do capital mais avançado e livre para acumulação.

a sociedade capitalista tem impactado o mundo do trabalho, implicando em alterações na sua configuração na atualidade, algumas dessas mutações:

Há uma crescente redução do proletariado fabril, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação⁵, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo.

Há um enorme incremento do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo. [...]

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, [...] que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado.

Há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo desses setores, ainda que o setor de serviços já presencie também o desemprego tecnológico.

Há exclusão dos jovens e dos velhos no mercado de trabalho dos países centrais [...].

Há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

Há uma expansão do que Marx chamou de *trabalho social combinado* (Marx, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços (ANTUNES, 2010, p.184).

Com base em Antunes (2010), depreende-se que as mutações no mundo do trabalho são derivadas do processo de restauração do capitalismo, e se configuram por meio da reestruturação produtiva. Assim, podemos observar a contradição do atual estágio do capital em vários desses elementos expostos pelo autor, por exemplo, quando destaca por um lado o processo de redução do proletariado fabril, caracterizado tanto estruturalmente enquanto trabalhadores que passam a ser incorporados no mundo de trabalho de diferentes maneiras por via da informalidade, quanto político-ideologicamente quando não há o reconhecimento desse próprio indivíduo enquanto trabalhador, isso se explica mediante o outro lado que o autor destaca acerca do incremento no setor de serviços a partir da inclusão de trabalhadores com vínculos precários e informais, além de também existir o estímulo ao empreendedorismo e o caráter de associado/colaborador atribuído ao indivíduo não mais considerado enquanto trabalhador.

5 Em meio as respostas que o capitalismo através do Estado burguês dá a crise estrutural do capital, destaca-se a reestruturação produtiva cujos principais elementos que a constitui é a alteração do padrão de produção fordista-taylorista para o Toyotismo que caracteriza-se pela flexibilização da produção, ou seja, a produção vincula-se à demanda que é diversificada, a organização do trabalho se dá com a contratação de trabalhadores multifuncionais/polivalentes, implicando conseqüentemente no desemprego dos "desqualificados" ou trabalhadores especializados. Além disso, organiza sua produção a partir do princípio *just in time* e da horizontalização da produção, terceirizando a produção e contratação dos trabalhadores.

Ainda sobre essa dualidade entre redução do proletariado fabril tradicional e o incremento de trabalhadores tanto no setor de serviços, quanto no âmbito da informalidade, da precarização e do empreendedorismo. Há outra consequência exposta por Antunes (2010, p.52) que é “uma alteração *qualitativa* na *forma de ser* do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior *qualificação* do trabalho e, de outro, para uma maior *desqualificação*”. Isto é, com o desenvolvimento científico e tecnológico há o incremento do capital constante (meios de produção) em detrimento da redução do capital variável (força de trabalho) nesse sentido ocorrem duas consequências: uma é a necessidade de qualificação/capacitação desse indivíduo para trabalhar adequando-se as novas necessidades da produção capitalista, e a segunda é o desemprego para aqueles que não possuem possibilidades objetivas que permitam o seu aperfeiçoamento profissional ou até para aqueles que estão buscando qualificação, mas que devido à dinâmica de concorrência estabelecida na relação entre oferta de trabalho e demanda, terminam não conseguindo se inserir no mercado de trabalho.

Quanto à tendência de desqualificação exposta pelo autor, refere-se ao processo de desespecialização de trabalhadores altamente qualificados em detrimento dos profissionais polivalentes/multifuncionais, representando assim um ataque ao saber especializado daquele trabalhador da era fordista-taylorista. Ao lado da crescente tendência de incorporação no processo de produção dos trabalhadores polivalentes e multifuncionais, está a incorporação de trabalhadores informais, subcontratados, terceirizados que ora estão integrados nesse processo ora são repelidos devido à dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. No entanto, a força de trabalho não pode ser excluída do processo de produção, apesar de todo processo de superexploração, precarização, e desemprego não há possibilidade dentro da ordem sócio-metabólica do capital ocorrer à eliminação da força de trabalho, pois é o proletariado que produz a mais-valia e participa do processo de realização e consumo dos bens produzidos, ao adquirir com seu salário os bens necessários para sua reprodução.

Antunes (2010) ao destacar a crescente incorporação do trabalho feminino e infantil no mundo do trabalho, nos apresenta as condições de precariedade e de alta exploração a que são submetidas essas mulheres e crianças, predominantemente nos países de capitalismo dependente e periférico onde se encontram as grandes concentrações de mão de obra barata. Consequentemente, nesses países encontra-se a força de trabalho de que

necessitam as grandes multinacionais, que se utiliza da sub-contratação das cooperativas, as quais realizam o processo de produção na casa do próprio trabalhador. O produto final do trabalho é constituído da soma de diferentes partes que são produzidas em diferentes países, e a essa forma o autor cita que Marx denomina de trabalho coletivo associado, derivado da globalização, da produção internacional e horizontal.

Partindo das reflexões sobre as mudanças no mundo trabalho, corroborando Mota (1997), deve-se afirmar que as marcas dessas transformações colocam grandes desafios ao assistente social, tal como postula a autora:

Penso tais desafios em dois planos: um, mais visível e imediato, relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional, como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho; o outro, mais amplo e complexo, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que, levando em conta as particularidades do Serviço social, apresentam-se como respostas qualificadas no enfrentamento das questões que lhe são postas (MOTA, 1997, p.51).

O primeiro desafio destacado pela autora tem relação com as alterações no mercado de trabalho e do exercício profissional, dado que as interferências nesse âmbito afetam diretamente a atuação profissional, pois as características derivadas dessas alterações informam a necessidade de identificação das demandas sociais que são postas ao assistente social sendo de suma importância o mesmo identificar as necessidades sociais da classe trabalhadora que estão implícitas nas demandas, por mais semelhantes que possam parecer a demanda e a necessidade social não se tratam de sinônimos. As demandas sociais são requisições técnico-operativas da classe trabalhadora que são objetos próprios da atuação do assistente social, elas são apresentadas a esse profissional pela via institucional, ou seja, através da instituição empregadora do assistente social. Assim, partindo do conhecimento das demandas sociais é possível desvelar a real necessidade social que fundamenta aquela demanda que comporta a forma de atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

Quanto ao segundo desafio evidenciado pela autora está relacionado ao surgimento das novas problemáticas – derivadas das alterações no mundo do trabalho e das consequentes necessidades sociais – e a mobilização estratégica que aquelas problemáticas realizam sobre as competências profissionais, de maneira que o assistente social apresente respostas qualificadas as problemáticas que lhes são postas. Assim, a autora afirma:

Admito, portanto, que o leito por onde deságuam os desafios aos profissionais do Serviço Social – consideradas as particularidades do seu trabalho – são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho, exigindo a refuncionalização de procedimentos e determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas (MOTA, 1997, p.52).

Dessa maneira, para apreendermos a refuncionalização de procedimentos da atuação profissional do assistente social é necessário identificar as necessidades sociais implícitas na própria refuncionalização, ou seja, segundo a autora é preciso refletir teórica e metodologicamente a relação entre a demanda e a sua necessidade social fundante, considerando a realidade complexa em que estão inseridas.

Portanto, tomando como base a contribuição de Mota (1997) podemos apreender que a refuncionalização de procedimentos da atuação do assistente social está diretamente vinculada a questão central da reestruturação da produção e principalmente da reprodução da força de trabalho na contemporaneidade. “Ao redefinir socialmente o modo de produção de mercadorias, o capital também redefine suas modalidades de enfrentamento da questão social no Brasil” (MOTA, 1997, p. 60). Assim, as proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas se refuncionalizam para adequar-se a nova realidade da classe trabalhadora e da classe dominante que requer do assistente social uma atuação qualificada que responda a exacerbação da questão social, sem afetar as bases estruturais do sistema do capital.

Em suma, na conjuntura de crise estrutural do capital com a incorporação massiva da ideologia neoliberal em seu tripé de flexibilização, desregulamentação e privatização realiza-se uma radical reestruturação da produção e reprodução da força de trabalho cuja questão central (a real necessidade social) implícita nas demandas sociais postas ao assistente social são as novas modalidades de exploração, consumo e gestão da mão de obra da classe trabalhadora. Nesse sentido, foi necessário expor as transformações societárias, para enfim podermos apreender as mutações no mundo do trabalho na contemporaneidade, pois a crise estrutural do capital juntamente com seus antídotos em forma de reestruturação produtiva e neoliberalismo tem causado grande impacto no mundo do trabalho, algumas delas:

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, compreendemos que a relação do surgimento e da institucionalização do serviço social está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento capitalista, pois o assistente social é chamado para atuar e responder as questões advindas da relação contraditória capital *versus* trabalho, assumindo em sua gênese um papel moralizador (ou conservador), o qual ao longo da trajetória profissional desta categoria profissional vai se modificando e se ampliando e ao mesmo tempo, redefinindo as suas concepções teóricas e interventivas conformando uma base heterogênea e ao mesmo tempo hegemonicamente de competência teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa crítica. Dito de outra maneira, este amadurecimento intelectual do assistente social perpassa o modo pelo qual este profissional vai moldando-se a realidade na qual intervém a medida em que passa a compreender as possibilidades e os limites que esta impõe a sua prática profissional.

No cenário do capitalismo contemporâneo, onde emergem profundas transformações societárias nos níveis econômico, social, político e cultural, as alterações no mundo do trabalho afetam as profissões, entre elas, a do serviço social. Dessa maneira, o assistente social passa a refuncionalizar suas competências, tendo em vista atender as demandas oriundas da intensificação das expressões da questão social, as quais se apresentam através das suas manifestações imediatas, tais como: o desemprego, a informalidade, o trabalho terceirizado, o trabalho intermitente e as diferentes modalidades de superexploração da força de trabalho.

Podemos concluir que a atuação do assistente social é condicionada pelos determinantes sócio-históricos e estruturantes do capitalismo contemporâneo em que pese a perspectiva histórico-crítica, a sua relativa autonomia e a intervenção profissional dentro dos limites dessa sociabilidade. Pois, ao passo que ela estabelece limites, por outro lado coloca possibilidades para atuação do assistente social cabendo a este apropriar-se delas com a clareza de que não é pela via da subjetividade do profissional, numa perspectiva heróica que se alcançaram as respostas qualificadas necessárias a realidade em voga. Bem como, por outro lado, cabe ao assistente social romper com a prática burocrática e reprodutora da naturalização das condições de exploração que sobrepujam a classe trabalhadora. Trata-se por fim, de realizar a atividade profissional considerando os diferentes determinantes da sociabilidade capitalista para o exercício da profissão de maneira competente e comprometida com a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, AnaElizabete. "As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o Serviço Social". O Social em Questão nº 1. *Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio*. Vol. I, ano I, primeiro semestre de 1997, pp. 51-62.

MONTAÑO, Carlos. A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. "Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 50, ano XVII, abril de 1996, pp. 87-128.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. Termo In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2017. pp. 15-23.

,